

Cidade dividida: a relação entre a formação do território de Belo Horizonte e a descaracterização da cidade de Santa Luzia-MG

Kalyne Rocha do Nascimento – UFMG (kalynerocha280@gmail.com)
Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz – UFMG (uilmer_rodrigues@hotmail.com)

Resumo: A presente revisão teórica analisa o processo de formação e expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), destacando como a segregação socioespacial se constituiu como elemento estruturante da produção do espaço urbano desde a gênese da capital mineira. A fundação de Belo Horizonte, concebida sob ideais republicanos e modernistas, baseou-se em um projeto excludente que privilegiou as elites políticas e econômicas, deslocando a população de baixa renda para áreas periféricas. Essa lógica segregadora foi reproduzida e intensificada ao longo do século XX, especialmente com a industrialização e a institucionalização da RMBH nas décadas de 1940 a 1970, quando políticas habitacionais como as do Banco Nacional da Habitação (BNH) consolidaram a expulsão das classes populares para as franjas urbanas. No contexto contemporâneo, a expansão para o eixo norte da capital e a implantação de grandes projetos urbanos — como a Linha Verde e a Cidade Administrativa — reafirmaram essa dinâmica, impulsionando a valorização imobiliária e a fragmentação do território. O caso de Santa Luzia exemplifica esse processo: o distrito de São Benedito, formado majoritariamente por migrantes, tornou-se um espaço marcado pela ausência de identidade local e pela dependência socioeconômica em relação a Belo Horizonte. A cidade, de origem histórica e imperial, sofre um apagamento cultural à medida que é incorporada à lógica metropolitana capitalista. Assim, a pesquisa evidencia que Belo Horizonte, ao reproduzir seu modelo de segregação, estende sua influência e domínio sobre as cidades do entorno, transformando-as em extensões periféricas de seu próprio território urbano.

Palavras-chave: Urbanização; Segregação Socioespacial; Cidades dormitório; Apagamento Histórico-Cultural; Periferização; RMBH; Santa Luzia.

A Divided City: The Relationship Between the Formation of Belo Horizonte's Territory and the Loss of Character of the City of Santa Luzia-MG

Abstract: This theoretical review analyzes the process of formation and expansion of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), highlighting how socio-spatial segregation has constituted a structuring element in the production of urban space since the genesis of the capital of Minas Gerais. The founding of Belo Horizonte, conceived under republican and modernist ideals, was based on an exclusionary project that privileged the political and economic elites, displacing the low-income population to peripheral areas. This segregating logic was reproduced and intensified throughout the 20th century, especially with the industrialization and institutionalization of the RMBH in the decades from 1940 to 1970, when housing policies such as those of the National Housing Bank (BNH) consolidated the expulsion of the popular classes to the urban fringes. In the contemporary context, the expansion to the northern axis of the capital and the implementation of large urban projects—such as the Linha Verde (Green Line) and the Cidade Administrativa (Administrative City)—have reaffirmed this dynamic, boosting real estate appreciation and territorial fragmentation. The case of Santa Luzia exemplifies this process: the district of São

Benedito, formed mostly by migrants, has become a space marked by the absence of local identity and socioeconomic dependence on Belo Horizonte. The city, of historical and imperial origin, suffers cultural erasure as it is incorporated into the capitalist metropolitan logic. Thus, the research shows that Belo Horizonte, by reproducing its model of segregation, extends its influence and dominance over the surrounding cities, transforming them into peripheral extensions of its own urban territory.

Keywords: Urbanization; Socio-spatial segregation; Dormitory cities; Historical-cultural erasure; Peripheralization; RMBH (Metropolitan Region of Belo Horizonte); Santa Luzia.

1 - INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A formação do território da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é resultado de um processo histórico marcado por interesses econômicos, políticos e sociais que produziram, e produzem, um espaço com forte relação entre centro e periferia. Desde seu planejamento e fundação, ao final do século XIX, a cidade de Belo Horizonte não apenas se tornou centro de poder do estado de Minas Gerais, como também mudou os paradigmas das relações entre as cidades do seu entorno, dinamizou o desenvolvimento urbano e interferiu diretamente na divisão do espaço dessas cidades, como é o caso de Santa Luzia.

Santa Luzia, situada na fronteira da região norte da cidade de Belo Horizonte, foi uma importante cidade da era colonial. Antes denominada Arraial de Santa Luzia, pertencia à comarca de Sabará e foi fundada pelo bandeirante Borba Gato, que tinha expedições às margens do rio das velhas, que mais tarde seria fundamental para a fixação do arraial e posteriormente da cidade (Assunção, 2020). Sendo uma cidade histórica e muito anterior ao estabelecimento da nova capital mineira, ao longo das décadas, Santa Luzia foi pressionada e integrada a uma dinâmica metropolitana, econômica, territorial e social que a descaracterizou, a partir do processo de urbanização e de crescimento desenfreado.

Sendo assim, com o aumento da pressão demográfica e o crescimento de Belo Horizonte após a década de 50, bem como o estabelecimento constitucional das regiões metropolitanas no Brasil na década de 70, as cidades da RMBH foram alvo de diversos processos em que o incentivo à migração e a segregação da população belo-horizontina (principalmente a de baixa renda) foram determinantes para a criação de formas de fragmentação urbana.

Alguns exemplos desse processo foram os conjuntos habitacionais da década de 80, os loteamentos (muitas vezes estabelecidos sem critérios técnicos e até mesmo de forma precária) da década de 70, além dos investimentos recentes na APA Carste, como a construção e a melhoria da Linha Verde e a instalação da sede do Governo de Minas Gerais

- a Cidade Administrativa - no bairro Serra Verde, vetor norte da capital. Esses eventos transformaram os municípios limítrofes em espaços de absorção populacional, abrigando moradores que, em muitos casos, não se identificam com as características sociais e culturais dessas cidades.

Assim, Santa Luzia carrega consigo a herança de seu passado colonial, buscando preservar sua parte histórica mesmo diante da expansão e da pressão metropolitana. Essa dinâmica é evidenciada na divisão de seu território, que não se integra de forma homogênea, permitindo observar duas realidades distintas: a cidade histórica, que mantém traços coloniais em sua arquitetura, dinâmicas sociais e culturais; e outra que se comporta como uma periferia de Belo Horizonte, com relações de trabalho, uso de agentes urbanos e identificação com a capital, funcionando, portanto, como cidade-dormitório.

Dessa forma, o presente trabalho busca investigar e compreender a dinâmica territorial da cidade de Santa Luzia, estabelecendo uma relação entre o centro histórico e o distrito de São Benedito, a fim de entender o motivo de uma divisão tão acentuada em um mesmo município. Busca-se, ainda, relacionar essa divisão com a formação do território de Belo Horizonte, uma vez que, como já mencionado, as cidades do entorno recebem uma grande parcela da população segregada da capital por diversos fatores, estabelecendo, então, uma relação de centro e periferia que evidencia como a capital mineira redefiniu o território luziense e o incorporou indiretamente.

Desse modo, pretende-se responder às seguintes questões: por que existe, em Santa Luzia, uma clara divisão entre o distrito de São Benedito e o distrito-sede? Quais processos urbanísticos separam essas populações? E de onde vem a falta de identificação da população do distrito de São Benedito com as relações socioculturais da cidade histórica de Santa Luzia?

1.1 Objetivo geral

Compreender como a formação do território de Belo Horizonte influenciou a configuração espacial, social e cultural de Santa Luzia, especialmente no que se refere à descaracterização da cidade histórica e à divisão territorial entre o centro e o distrito de São Benedito.

1.2 Objetivos específicos

- Analisar de que forma a transferência da capital mineira para Belo Horizonte contribuiu para a descaracterização da cidade histórica de Santa Luzia;

- Esclarecer a relação entre o centro histórico e o distrito de São Benedito, destacando as desigualdades territoriais e sociais;
- Compreender os processos de formação do território do distrito de São Benedito e sua relação com a formação e a expansão do território de Belo Horizonte.

2 - METODOLOGIA

A revisão teórica adota uma abordagem qualitativa, com base na análise interpretativa de processos socioespaciais. O objetivo é compreender como a formação do território de Belo Horizonte contribuiu para a divisão e configuração urbana da cidade de Santa Luzia, integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

A revisão teórica foi realizada nos dias 10 a 30 de setembro de 2025 de um levantamento bibliográfico sobre temas como produção do espaço, território, segregação urbana e formação da RMBH, com ênfase nas dinâmicas históricas que envolveram Belo Horizonte e Santa Luzia. Serão consultados artigos, dissertações e teses, buscando construir o referencial teórico que sustenta a análise. A seleção ocorreu por pesquisa em portais de cunho acadêmico, como o Google Acadêmico, bancos de teses e dissertações que reúnem uma coletânea de diversos artigos. A pesquisa foi feita pelas seguintes palavras-chaves: Urbanização; Segregação Socioespacial; Cidades dormitório; Apagamento Histórico-Cultural; Periferização; RMBH; Santa Luzia e a seleção através da leitura de resumos, artigos, dissertações e teses com temas relacionados às discussões pertinentes, servindo como base teórica para o presente trabalho. Foram lidos 64 trabalhos e selecionados 23 trabalhos utilizados nesta revisão teórica.

3 - REVISÃO TEÓRICA

3.1 Território e Espaço produzido

A compreensão dos fenômenos urbanos e metropolitanos contemporâneos exige um aprofundamento teórico sobre os conceitos que estruturam a análise socioespacial. Dentre eles, espaço e território emergem como categorias de análise fundamentais, cuja relação se revela dialética e complexa. A discussão, enriquecida por autores como Henri Lefebvre e Milton Santos, aponta que o espaço não é um receptáculo neutro das ações humanas, mas sim um produto social. Essa perspectiva é crucial para entender como o território, enquanto campo de poder, se articula com a contínua produção do espaço.

De modo geral, o território pode ser entendido como um lugar onde são estabelecidas as relações de poder e sociais, onde o espaço é socialmente produzido. O território não se trata de um substrato neutro, mas sim de um campo de forças onde diversas lógicas e interesses se articulam, disputando o controle e a apropriação do espaço (Santos, 2011). Existem inúmeras interpretações acerca do conceito de território, uma delas discutida por Marcelo Lopes de Souza que afirma que o "O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (Souza, 1995, p. 78). Já para Milton Santos, o território é definido pelos usos que se faz dele, "não é o território em si o objeto da análise social, mas o uso que se faz dele" (Santos, 1994, p. 15).

Outro conceito importante para compreender o movimento das cidades é o de espaço produzido, que, conforme explica Godoy (2004), surgiu no final da década de 60, quando Lefebvre buscava entender como as relações capitalistas de produção se reproduziam no território. Para esse autor, o espaço é o local onde se manifestam e se concretizam as contradições e os conflitos próprios do sistema capitalista (Godoy, 2004).

Godoy (2004) também dialoga com as ideias de Milton Santos, destacando que a análise do espaço deve considerar simultaneamente a forma, a estrutura e a função, pois é dessa articulação que se compreende o modo como o espaço se organiza e se transforma.

De modo geral, de acordo com os autores mencionados, o espaço produzido é resultado das relações sociais que nele se estabelecem. Pode-se dizer que o espaço, inicialmente vazio de significados, é preenchido pelas ações humanas, tornando-se uma construção social que expressa as particularidades da sociedade que o produz. No contexto do capitalismo, esse espaço adquire valor de mercadoria, e o modo como é produzido acaba refletindo uma natureza excludente e segregadora, uma vez que o acesso a ele passa a depender de critérios econômicos, e não democráticos.

Considerando esses conceitos, é possível estabelecer relações entre as categorias de análise e a produção do espaço urbano. Como já mencionado, a noção de produção do espaço busca compreender o espaço como um produto social. Segundo Godoy (2004), o espaço é, ao mesmo tempo, consequência e condição da reprodução social, uma vez que as contradições que o formam também criam os meios para sua continuidade. Assim, o espaço não é apenas um resultado estático, mas um elemento dinâmico que, ao ser produzido, passa também a influenciar e reproduzir as relações sociais (Godoy, 2004).

Nessa mesma linha, o conceito de espaço socialmente produzido nos remete à ideia de "território usado", abordada por Milton Santos que, como já citado, traz a perspectiva de que o território deve ser analisado pelos usos que se faz dele (Santos, 1994), mostrando,

então, a ideia de que o território não é apenas palco, mas também um condicionante dos movimentos sociais. A produção do espaço, assim, se materializa na forma de objetos que se articulam e se organizam em intercâmbios sociais, envolvendo trabalho e produção (Godoy, 2004). Esse processo é o que Corrêa (1995) chama de organização espacial, definindo como o arranjo de objetos criados pelo homem e que constitui o espaço socialmente produzido. Para ele, se o espaço é socialmente produzido, o território pode ser entendido como um recorte analítico fundamentado pelas relações de poder que nele operam.

Por outro lado, a dimensão do poder é central na definição de território. Davidovich (2004) relaciona a noção de metrópole ao poder que ela exerce sobre os municípios em sua área de influência. No contexto metropolitano, o Estado frequentemente utiliza seu poder para impor a territorialidade da cidade polo sobre os municípios vizinhos. Um exemplo claro é a criação das regiões metropolitanas durante o regime militar no Brasil, que, sob a noção de "interesse comum", permitiu a sobreposição dos interesses estatais aos territoriais dos municípios, legitimando intervenções como a construção de grandes conjuntos habitacionais em cidades periféricas para a população de baixa renda (Santos, 2011).

Lembrando das condições de reprodução das relações capitalistas, Santos (2011) traz a reflexão de Lefebvre em que a burguesia exerce um duplo poder sobre o espaço, a propriedade do solo e o conhecimento estratégico, amparado pela ação do Estado, para consolidar sua dominação, exercendo seu poder sobre o território e consequentemente dominando a produção do espaço urbano aos seus moldes.

O território, além de ser um campo de poder, também funciona como um construtor de identidades, onde a assimilação de símbolos leva a um sentimento de pertencimento (Haesbaert, 2002). No entanto, a imposição de uma territorialidade sobre outra pode fragmentar identidades, como observado no caso de Santa Luzia, onde a população do distrito de São Benedito, majoritariamente vinda de outros territórios, não se identifica com as tradições do centro histórico do município, mantendo relações cotidianas mais intensas com a capital (Santos, 2011). Essa situação demonstra uma clara sobreposição da territorialidade e da cotidianidade de Belo Horizonte sobre o território de Santa Luzia.

Dessa forma, observa-se que a formação de um território está intrinsecamente ligada à forma como ele foi produzido. No caso das metrópoles brasileiras, um fator comum é a atuação do capital amparado pelo Estado, a forma segregadora como ocorreu a expansão brasileira refletiu diretamente no modo como as cidades se comportam e são formadas as comunidades. Enfim, essa forma de produção do espaço metropolitano brasileiro expressa profundas marcas da segregação e fragmentação dos territórios, sendo ainda possível

observar rupturas claras no que diz respeito à organização social, cultural e territorial dessas metrópoles.

3.2 Segregação socioespacial no espaço urbano: reflexões e conceitos

Pensar o espaço urbano à luz dos conceitos de espaço produzido e território traz à discussão outro conceito fundamental para se compreender sua organização e dinâmica: o de segregação socioespacial. A cidade tem se configurado, cada vez mais, como o principal cenário da ação dos agentes responsáveis pela produção do espaço. Ao serem transformados pela intervenção humana, os espaços urbanos se tornam expressões materiais do desenvolvimento econômico e da complexidade das relações sociais. Conforme observa Negri (2008), esse processo se manifesta por meio da segregação socioespacial (também denominada segregação residencial) resultante, sobretudo, das diferenças econômicas entre as classes.

Nesse sentido, a segregação pode ser compreendida como uma consequência direta da produção do espaço no sistema capitalista. Em outras palavras, os mesmos agentes que constroem e moldam o espaço urbano são também aqueles que promovem sua segregação. A classe dominante, ao produzir e organizar o espaço conforme seus próprios interesses, acaba por excluir as camadas populares, que são deslocadas para áreas menos valorizadas (Negri, 2008).

O autor argumenta ainda que a segregação socioespacial é um instrumento por meio do qual as classes de maior renda exercem controle sobre o espaço urbano. Ao consumir e valorizar seletivamente determinadas áreas, esses grupos reforçam a separação territorial entre as classes sociais. Essa divisão não é apenas um reflexo das desigualdades econômicas, mas também uma condição necessária para que as elites mantenham o domínio sobre o território. Assim, a separação espacial entre as classes atua como um mecanismo de poder, garantindo a continuidade da hierarquia social.

Diversos modelos teóricos buscaram explicar as formas de segregação socioespacial. Negri (2008) menciona, por exemplo, o modelo de Kohl, que propunha uma estrutura urbana em anéis concêntricos, nos quais as elites ocupavam as áreas centrais, enquanto as populações de baixa renda eram empurradas para as periferias. Em contraposição, o modelo de Burgess apresenta uma inversão dessa lógica, sugerindo que as classes mais abastadas passaram a se deslocar para as zonas periféricas em busca de melhor qualidade de vida, enquanto os trabalhadores de menor renda permaneceram concentrados nas regiões centrais, nas proximidades dos locais de trabalho. Esses modelos, ainda que distintos, refletem

momentos históricos diferentes e ajudam a compreender a evolução da organização espacial das cidades.

Na contemporaneidade, contudo, emerge um novo paradigma interpretativo: o da metrópole fractal. De acordo com Canettieri (2015), essa concepção descreve uma configuração urbana em que as periferias se tornam mais dispersas e fragmentadas, evidenciando uma nova lógica de expansão territorial regida pelo capital. Sendo assim, o aumento da complexidade e da diversidade dos processos materiais e imateriais, envolvidos na produção do espaço metropolitano, tem provocado uma redefinição profunda da relação entre centro e periferia.

Nesse novo modelo, a fractalização urbana faz com que o tecido periférico se espalhe de forma difusa pelo território metropolitano. A cidade passa, então, a se expandir de maneira distinta dos padrões observados anteriormente, incorporando novas dinâmicas e formas de ocupação. Entretanto, Canettieri (2015) enfatiza que essa fragmentação não elimina a dualidade entre centro e periferia; pelo contrário, essa polaridade persiste, mas em um nível mais complexo, em que ambos se manifestam como partes interdependentes de um mesmo processo.

Assim, a metrópole fractal se caracteriza por uma estrutura socioespacial cada vez mais complexa, heterogênea e dispersa. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), esse processo ocorre de forma particular, partindo da própria periferia e se expandindo sobre o território de modo fragmentado. Ainda que traga novas configurações, o modelo fractal não rompe completamente com a lógica de dominação entre centro e periferia.

Como observa Canettieri (2015), mesmo sob essa nova forma de urbanização, os fragmentos urbanos continuam submetidos a uma lógica de hierarquia e centralização, que permanece essencial ao funcionamento do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, a urbanização capitalista procura integrar seus elementos de maneira coerente, evitando a desarticulação e garantindo a reprodução do espaço como totalidade.

A forma fractal de urbanização permite que as fronteiras entre centro e periferia se tornem mais móveis, fazendo com que a influência e o poder urbano se expandam para diferentes áreas, escapando do modelo tradicional e ampliando o domínio sobre o espaço metropolitano. Essa lógica reforça as relações de poder e dependência da metrópole em relação às cidades que a circundam. Se no modelo clássico de centro e periferia, o núcleo urbano exercia uma dominação concentrada e eficiente sobre o território, no modelo fractal essa influência se dissemina em uma escala espacial mais ampla, alcançando as cidades do

entorno com maior intensidade. Desse modo, observa-se uma homogeneização do poder e da influência metropolitana sobre extensas áreas, como as regiões metropolitanas (Canettieri, 2015).

Essa forma de organização do espaço também é abordada por Tonucci Filho e Silva (2013), que utilizam o termo “explosão da metrópole” para descrever o fenômeno de fragmentação do espaço urbano. Para esses autores, não se trata mais de um processo de urbanização baseado apenas na expansão de periferias carentes e desorganizadas, mas sim na multiplicação de formas socioespaciais fragmentadas e dispersas. Assim, a chamada “explosão da metrópole” pode ser compreendida como o modo pelo qual o espaço urbano é produzido sob a lógica da urbanização extensiva, cuja principal característica é a crescente dispersão territorial (Tonucci Filho; Silva, 2013).

A emergência desse novo modelo de urbanização está fortemente associada às transformações da nova economia capitalista, marcada pela flexibilidade na acumulação e pela intensificação da circulação de capital. Segundo Canettieri (2015), a passagem para um regime de acumulação mais dinâmico e menos rígido altera profundamente a forma urbana, uma vez que o capital passa a moldar o espaço de acordo com suas necessidades de valorização. Nessa perspectiva, Tonucci Filho e Silva (2013) complementam que a “explosão da metrópole” expressa justamente a configuração espacial dessa nova economia, na qual até mesmo o espaço natural e não urbanizado é incorporado como objeto de consumo dentro do chamado “urbano estendido”.

Dessa maneira, na lógica contemporânea da produção capitalista do espaço, esse se converte em mercadoria, adquirindo valor de uso e de troca. Como consequência, ocorre uma intensificação da segregação socioespacial: as populações de baixa renda, incapazes de arcar com o custo crescente da terra, são empurradas para áreas cada vez mais afastadas, precárias ou desvalorizadas — seja do ponto de vista econômico, geográfico ou social. Por outro lado, as classes de maior poder aquisitivo buscam locais mais tranquilos e com melhor qualidade de vida, afastando-se dos centros urbanos e promovendo uma autoss segregação. Esse movimento eleva o valor fundiário dessas novas áreas, o que, por sua vez, gera um novo ciclo de exclusão, afastando novamente as camadas populares que ocupavam o entorno (Negri, 2008; Canettieri, 2015).

Esse processo resulta em uma metrópole cada vez mais dispersa e fragmentada, mas sem romper completamente com a relação entre centro e periferia. Ainda que fisicamente distantes, as populações segregadas mantêm vínculos econômicos, sociais e culturais com o centro urbano, reforçando a dependência estrutural característica das metrópoles capitalistas.

O modelo fractal torna ainda mais evidentes as formas de segregação que caracterizam a produção do espaço urbano. Ao permitir que diferentes classes sociais coexistam em territórios próximos, esse modelo escancara as desigualdades no padrão de vida. Exemplos dessa realidade podem ser observados nas favelas localizadas na região centro-sul de Belo Horizonte, que contrastam fortemente com o entorno de áreas nobres, e nos grandes condomínios fechados do vetor norte da RMBH, onde convivem a autossegregação das classes altas e a segregação forçada das classes populares. Essa dinâmica, inclusive, reproduz a exclusão de grupos já historicamente marginalizados.

Enfim, a urbanização fractal explica de forma clara a dinâmica da RMBH, em que múltiplas periferias ligadas a Belo Horizonte se espalham pelo território metropolitano, como ocorre em Justinópolis, em Ribeirão das Neves; Nacional, em Contagem; Vespasiano; e o distrito de São Benedito, em Santa Luzia. Esses núcleos periféricos, embora afastados, permanecem integrados à lógica funcional e simbólica da metrópole, reproduzindo suas desigualdades e padrões de segregação.

3.3 Formação do Território de Belo Horizonte e da RMBH

Desde a gênese da formação do território belo-horizontino, quando se escolheu o local para a instalação da nova capital mineira, observa-se uma forte segregação socioespacial que fragmenta a cidade. Como consequência, a posterior formação do território correspondente à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) herdou as marcas dessa segregação.

Belo Horizonte surgiu no contexto pós-Proclamação da República, em 1889, quando republicanos mineiros buscavam se distanciar das características coloniais e imperiais que marcavam as cidades de Minas Gerais — especialmente a então capital do estado, Ouro Preto, considerada um típico centro de poder administrativo imperial. A escolha do novo local foi marcada por disputas entre as regiões mineiras, interessadas em sediar a capital. Após a criação de uma comissão encarregada de estudar os lugares mais propícios para a instalação, foram considerados fatores como relevo, clima, salubridade e posição geográfica. Entre as cinco localidades propostas, o Arraial do Curral del Rey, pertencente à comarca de Sabará, foi o escolhido (Passos, 2009).

Com a definição do local e a instalação da Comissão Construtora, a cidade começou a tomar forma como uma capital moderna e republicana, destinada a expressar o novo modelo de governo mineiro e brasileiro. Para isso, todo o Arraial que ocupava o espaço foi demolido, soterrando as histórias que ali existiam e deslocando a população residente para

outras localidades (Marra; Gonçalves, 2012). No projeto de Aarão Reis, criou-se uma cidade planejada, dividida em três zonas — urbana, suburbana e rural. A zona urbana, situada dentro dos limites da Avenida do Contorno, seria dotada de toda a infraestrutura moderna; a suburbana apresentaria estrutura precária; e a zona rural funcionaria como cinturão verde de abastecimento da capital (Passos, 2009).

Belo Horizonte ficou pronta em cerca de quatro anos e o Estado precisava que a cidade fosse rapidamente habitada. O principal público-alvo eram os funcionários públicos que residiam em Ouro Preto. A solução encontrada foi oferecer benefícios a esses servidores e proprietários, como a cessão gratuita de lotes na nova capital para aqueles que se mudassem e construíssem suas casas. Em contrapartida, a população de baixa renda, sem qualquer amparo ou planejamento, passou a se aglomerar em cortiços e moradias improvisadas, construídas de modo precário. Essa ocupação desordenada gerou incômodo às elites e levou o prefeito da época a destinar áreas específicas, como as regiões onde hoje se localizam os bairros Lagoinha e Calafate, para a realocação dessa população. Esse, contudo, não foi o único ponto de afastamento da classe trabalhadora, que era composta, em grande parte, pelos operários que ergueram a cidade (Passos, 2009).

Essas ações do Estado evidenciam, de forma explícita, o caráter segregador do processo de fundação de Belo Horizonte, pautado por princípios higienistas e elitistas, sob o discurso da modernidade e da ordem urbana. A capital surgiu em um contexto excludente que, mesmo sendo planejada, não comportou todas as populações que posteriormente chegaram para construí-la. Ao privilegiar o conforto dos funcionários públicos, comerciantes e da elite mineira, o projeto urbano acabou por marginalizar a população trabalhadora, que se viu segregada e submetida a condições precárias, ignoradas pelo poder público (Passos, 2009).

Sendo assim, ao longo da evolução da cidade e da economia brasileira, Belo Horizonte manteve o caráter segregador em sua produção do espaço urbano, o que se refletiu também na organização e institucionalização de sua região metropolitana. Dando um salto temporal, a formação do território da RMBH ocorreu no contexto da industrialização brasileira, entre as décadas de 1940 e 1950, quando a cidade se consolidou como polo industrial e econômico de Minas Gerais. Políticas desenvolvimentistas impulsionaram investimentos em infraestrutura industrial, como a criação da Cidade Industrial de Contagem, a urbanização da região da Pampulha, a construção da Avenida Antônio Carlos (que direcionou a expansão da cidade para o eixo norte) e a instalação do distrito industrial em Santa Luzia, entre outros (Tonucci Filho et al., 2015; Silva, 2011). Essa dinâmica resultou em

um intenso fluxo migratório para a capital, fazendo a população saltar de cerca de 200 mil habitantes, em 1940, para aproximadamente 1,2 milhão em 1970, quando foi oficialmente instituída a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse crescimento acelerado gerou um grande déficit habitacional (Santos, 2011).

O enfrentamento desse déficit nas décadas de 70 e 80 foi crucial para evitar o colapso urbano. A solução adotada, centralizada pelo governo militar, envolveu o uso do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964. Na RMBH, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG) foi responsável pela construção de moradias para famílias de baixa renda com recursos do SFH/BNH, mas a maior parte desses empreendimentos foi realizada fora do território de Belo Horizonte. Isso ocorreu porque a localização dos projetos era determinada pelo preço da terra. Em busca de terrenos mais baratos, os conjuntos habitacionais foram implantados nas frentes periféricas de expansão, juntamente com loteamentos populares. Essa política acabou funcionando como um mecanismo de expulsão da população de baixa renda dos espaços valorizados da capital, organizando o território de modo a maximizar a acumulação de capital. A atuação da Cohab-MG teve especial destaque na primeira metade da década de 80 (Santos, 2011; Silva, 2011).

Essas políticas revelam como o espaço urbano e metropolitano de Belo Horizonte foi construído sobre bases segregadoras, orientadas pela lógica do capital e sustentadas pelas ações do Estado — em que o preço da terra passou a determinar quem teria direito à cidade minimamente estruturada.

Na atualidade, a dinâmica de expansão da RMBH mantém o caráter segregador, embora com novas roupagens. Os grandes projetos urbanos das décadas de 2000 e 2010 evidenciam a existência de uma expansão voltada aos ricos e outra destinada aos pobres. Nesse contexto, destaca-se o vetor norte da capital, que recebeu diversos empreendimentos, como a Linha Verde, a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), a expansão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e, mais recentemente, o projeto do Contorno Viário Norte (Costa; Magalhães, 2011).

A instalação desses empreendimentos gerou um novo fluxo migratório e um crescente interesse imobiliário nas áreas ao redor. Atualmente, observa-se um expressivo número de condomínios voltados à classe trabalhadora nas cidades limítrofes de Belo Horizonte, especialmente na região norte, muitos deles financiados por programas como o Minha Casa, Minha Vida. Esses empreendimentos, ao atrair novos moradores, reproduzem o modelo histórico de segregação da capital, em que a população de baixa renda é

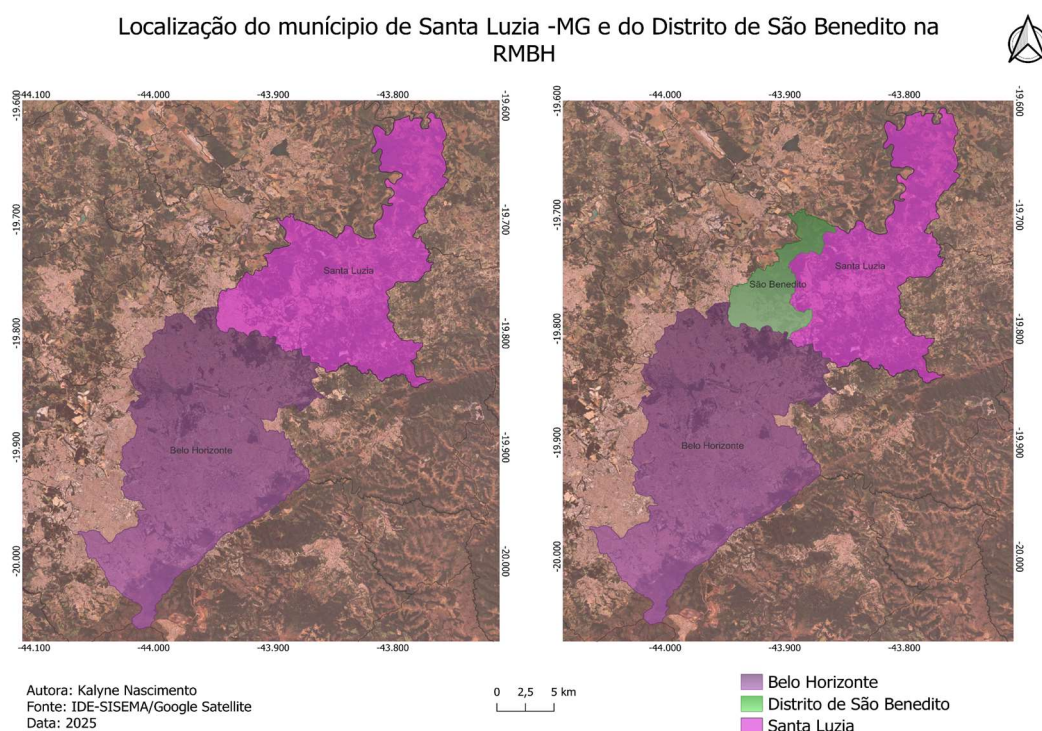
continuamente expulsa das áreas valorizadas, mas sem romper seus vínculos de trabalho, sociabilidade e cultura com a cidade-polo. Assim, cria-se, nos territórios periféricos, um fragmento da cidade central, fenômeno que Canetti (2015) denomina de periferias fractais, conceito já discutido anteriormente neste trabalho.

Essas formas de ocupação evidenciam como Belo Horizonte impõe sua territorialidade sobre as cidades do entorno, transformando-as em cidades-dormitório e desconsiderando as dinâmicas locais pré-existentes — como é o caso de Santa Luzia, objeto de análise do presente estudo.

3.4 Santa Luzia: Formação Histórica e a Centralidade Comercial

Santa Luzia está localizada na região centro-sul de Minas Gerais e integra a região metropolitana de Belo Horizonte, fazendo divisa com a capital ao sul do distrito de São Benedito, onde faz parte da malha urbana estendida da capital. (Figura 1) (Santos, 2011). A cidade ocupa uma área de 235.079 km² e está dividida em: Distrito sede (parte alta e parte baixa); Distrito Industrial Simão da Cunha; Distrito de São Benedito; e Zona rural (Mascarenhas, 2023). De acordo com o censo demográfico de 2022 possui uma população de 219.132 mil pessoas, sendo a 13^o cidade mais populosa do estado (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização do município de Santa Luzia-MG e do Distrito de São Benedito na RMBH.



Santa Luzia teve sua origem no fim do século XVII, quando uma expedição do bandeirante Borba Gato se instalou às margens do Rio das velhas, movido pela geografia do local, que facilitava as viagens, dando início ao que seria o Arraial de Santa Luzia. Ligado à comarca de Sabará, ficou vinculado durante 150 anos, sendo elevado a município apenas em 1858. Ressalta-se que o Arraial de Santa Luzia teve importância significativa na era colonial, por sua posição estratégica, e logo se tornou um importante ponto comercial entre as cidades que compunham a estrada real, uma das principais vias do império brasileiro. Diferente da maioria das cidades históricas mineiras, Santa Luzia prosperou não como um polo de mineração e exploração do ouro, mas sim como ponto comercial para aqueles que viajavam pelas Minas Gerais (Assunção, 2020).

Com o declínio do ciclo do ouro, por volta de 1780, Santa Luzia conseguiu manter sua função comercial, aproveitando sua inserção geográfica para auxiliar o desenvolvimento do mercado interno mineiro. Nesse cenário, se destacava por auxiliar o desenvolvimento interno de Minas em conexão com o Rio de Janeiro (Assunção, 2020).

Cabe ressaltar que a cidade recebeu a visita de Dom Pedro II em 1881, que ficou hospedado no solar da Baronesa, um dos muitos patrimônios histórico-culturais de Santa Luzia. Na ocasião, o imperador registrou em desenho o centro histórico da cidade, o que posteriormente concedeu à mesma o título de cidade imperial (Câmara Municipal de Santa Luzia, 2023).

No entanto, o posterior deslocamento do eixo econômico do Brasil para o café (século XIX), desfavoreceu Santa Luzia, que, apesar de manter o comércio de certos produtos, não foi inserida nas novas rotas cafeeiras. Tal fato levou a cidade a um período de regressão, voltando-se predominantemente para a agricultura de subsistência, o que contribuiu para marcar sua história atual (Assunção, 2020).

Observa-se, através da história, que em 1889 Santa Luzia já era uma cidade consolidada e que possuía sua própria dinâmica territorial, população, cultura e costumes. Com a expansão da cidade de Belo Horizonte e posteriormente com a institucionalização da RMBH, Santa Luzia se viu inserida em uma nova dinâmica territorial. Com a instalação de projetos urbanos, como o complexo da pampulha e a construção da Avenida Antônio Carlos, que visavam direcionar a expansão da cidade para o eixo norte, a cidade entrou em rota direta para a expansão da metrópole, que ocorreu de forma excludente e segregadora, como já mencionado (Santos, 2011; Silva, 2011).

No caso Luziense, a expansão e extensão do território de Belo Horizonte sobre o território de Santa Luzia ocorreu como forma de resolver o déficit habitacional que surgiu atrelado ao alto preço da terra na capital (Silva, 2011).

3.5 São Benedito: A cidade dentro da cidade

O ponto central da inserção de Santa Luzia na metrópole foi a transferência em massa de população de baixa renda para seu território, o que foi feito através da construção de grandes conjuntos habitacionais pela COHAB-MG, com recursos do SFH/BNH (Santos, 2011).

Sendo assim, o Distrito de São Benedito começou a ser ocupado por volta dos anos 40 e teve sua maior taxa de crescimento entre os anos 70 e 80, justamente no período em que as políticas de habitação implantaram projetos como os loteamentos populares e a instalação de conjuntos habitacionais (Silva, 2011).

Os conjuntos Cristina e Palmital, situados no referido distrito, foram construídos em 1981 e são exemplos desse planejamento territorial segregador. Santa Luzia cedeu parte de seu território para comportar o crescimento de Belo Horizonte, sem ter poder de veto sobre essa transferência arbitrária que teve um grande impacto na dinâmica territorial da cidade (Silva, 2011).

Tabela 1: População residente de Santa Luzia – Distrito São Benedito e Distrito Sede

	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
São Benedito	sem info	6.706	29.811	93.344	125.659	sem info	139.817
Distrito Sede	sem info	18.555	30.081	44.481	59.244	sem info	79.315
Santa Luzia	12.209	25.301	59.892	137.825	184.903	203.184	219.132

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022 *apud* Silva 2011 atualizado pelos autores.

Nota-se, com base nos dados apresentados na Tabela 1, que, a partir da década de 90, a população do distrito de São Benedito ultrapassou de forma expressiva a população do distrito-sede. Silva (2011) aponta que cerca de 73% dos moradores do São Benedito, em 1991, eram migrantes. Esse dado revela que, considerando que atualmente a população do

distrito é quase o dobro da população do distrito-sede - e que sua base populacional tem origem migrante, advinda de um processo de migração segregadora, sem preocupação em integrar os novos moradores à dinâmica cultural e social local - grande parte dos habitantes de Santa Luzia não possui identidade luziense.

Retomando as discussões sobre a segregação, observa-se que a transferência da população da capital para o distrito de São Benedito ocorreu tanto de forma arbitrária, por meio de remoções, quanto por atração, em virtude do baixo preço das terras. Essas populações mantêm, cotidianamente, relações de trabalho, lazer e estudo com Belo Horizonte. Santos (2011) traz, em seu estudo, relatos de moradores do São Benedito que evidenciam essa relação de dependência: quando questionados sobre o centro histórico de Santa Luzia, a maioria declarou não ter qualquer vínculo cultural com o local, alguns, inclusive, afirmaram nunca tê-lo visitado. Esses relatos confirmam a afirmação de que grande parte da população luziense não desenvolveu identidade com a cidade, resultado direto do processo de segregação discutido neste trabalho.

A forma como o território de Belo Horizonte foi produzido e reproduzido nas cidades do seu entorno resultou em uma sobreposição de territorialidades que, em muitos casos, provocou o apagamento de identidades. Em Santa Luzia esse processo é especialmente evidente, manifestando-se em uma clara divisão territorial, cultural e social.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências dessa divisão são perceptíveis no apagamento histórico e cultural da cidade. Belo Horizonte foi fundada como uma capital republicana moderna, cujo modo de produção do espaço urbano foi inteiramente capitalista, voltado à acumulação de capital e orientado por um viés modernista. Já Santa Luzia é uma cidade histórica, com o título de cidade imperial, o que contrasta diretamente com as ideias republicanas que inspiraram a fundação da nova capital. No momento em que a metrópole belo-horizontina avança sobre o território luziense, impondo seu modelo capitalista de produção do espaço, o patrimônio histórico e cultural local se vê ameaçado, e a cidade corre o risco de ser descaracterizada, processo que, em parte, já ocorreu. Grande parcela da população da RMBH, e até mesmo da própria Santa Luzia, enxerga o município apenas como uma cidade-dormitório periférica, sem reconhecer sua relevância histórica e cultural.

Atualmente, após a implantação dos grandes projetos urbanos no eixo norte de expansão da capital, novos agentes de produção do espaço segregador emergem. Santa Luzia segue cedendo território à expansão de Belo Horizonte, como se observa na construção de

condomínios do tipo “MRV” em bairros que antes eram áreas rurais ou compostos por chácaras de lazer. Esse processo aprofunda ainda mais as desigualdades internas e reforça a sensação de existência de “duas cidades” dentro de uma mesma urbe. As diferenças se manifestam no modo de vida da população, nas condições de transporte, nas relações interpessoais, nas formas de lazer e na maneira como os habitantes se relacionam com o território em que vivem.

Dessa forma, observa-se que Belo Horizonte, além de segregar a parcela de sua população que não consegue arcar com o alto custo de vida da capital, contribui para a descaracterização das cidades do entorno, transformando-as em extensões de seu território periférico.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luciana Teixeira de *et al.* Da favela para o conjunto: A periferia no entorno da cidade administrativa de Minas Gerais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 17, n. 21, 2010. DOI: 10.5752/P.2316-1752.2010v17n21p54. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2010v17n21p54> Acesso em: 26 out. 2025.

ASSUNÇÃO, Caio Franco. As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX. **Revista GEOgrafias**, v. 16, n. 2, p. 27-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/24055> Acesso em: 26 out. 2025.

BARBOZA, Rosangela; CRUZ, Glauber Eduardo Ribeiro. Educação patrimonial e patrimônios nas cidades de Santa Luzia e Ribeirão das Neves em Minas Gerais: propostas em busca de identidades. **Jamaxi, UFAC**, Rio Branco, v. 3, n. 2, p. 95-111, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/3299/2128> Acesso em: 26 out. 2025.

Câmara Municipal de Santa Luzia. **História do Município**. Disponível em: <https://www.cmsantaluzia.mg.gov.br/pagina/ler/1000/historia>. Acesso em: 26 out. 2025.

CANETTIERI, Thiago. Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais—evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, p. 25-39, 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4949> Acesso em: 26 out. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Ática, 3a. edição, n. 174, p.1-16, 1995.
DAVIDOVICH, Fany. A "volta da metrópole" no Brasil: referências para a gestão territorial. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, p. 197-229, 2004.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Estrutura socioespacial e dinâmica imobiliária em uma metrópole brasileira: o caso de Belo Horizonte. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 34, n. 78, 2024. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2024v34n78p1032. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/34544> Acesso em: 26 out. 2025.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 2, n. 1, p. 29-42, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/289> Acesso em: 26 out. 2025.

HAESBAERT, Rogério et al. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**, v. 3, p. 44-71, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?tema=populacao&recorte=N3>. Acesso em: 26 out. 2025.

COSTA, Geraldo Magela; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Processos socioespaciais nas metrópoles de países de industrialização periférica. Reflexões sobre a produção do espaço metropolitano de Belo Horizonte, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 13, n. 1, p. 9-25, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/282> Acesso em: 26 out. 2025.

MARRA, Natália Cardoso; GONÇALVES, Raquel Garcia. O acesso ao direito social à moradia nas metrópoles: a periferização da oferta de habitação da região metropolitana de Belo Horizonte. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, v. 13, n. 1, p. 139-156, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4554641.pdf> Acesso em: 26 out. 2025.

MASCARENHAS, Ana Carolina Resende. **O caso do Setor Norte do município de Santa Luzia - Minas Gerais**: o Geodesign como suporte no processo de construção de opiniões e tomada de decisões. 2023. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108> Acesso em: 26 out. 2025.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território: globalização e fragmentação**, p. 15-20, 1994.

SANTOS, Thiago Andrade dos. Alguns aspectos da excludente formação do espaço metropolitano de Belo Horizonte: estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital em Santa Luzia/MG. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB): Ciência e Utopia**, 12., 2011.

SILVA, Gustavo Resgala. **Formas de produção do espaço periférico metropolitano: um estudo sobre São Benedito na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et alli (orgs.). **Geografia, conceitos e temas**. p 77 - 116, 1995.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. **Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização, nos anos 80 e 90**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira. **Temporalidades**, v. 1, n. 2, p. 37-52, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5350> Acesso em: 26 out. 2025.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura *et al.* **Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas**. Metrôpoles: Território, Coesão Social e governança Democrática. Belo Horizonte: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 49-88, 2015.

TONUCCI FILHO, João; FREITAS, Daniel Medeiros de. Planejamento metropolitano e grandes projetos urbanos: concepção e descaminhos da política de novas centralidades na RMBH. **Cadernos Metrôpole**, v. 22, p. 61-84, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/nh8n5FfWBpRcdRRVYTCcLdp/?lang=pt> Acesso em: 26 out. 2025.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; SILVA, Harley. A explosão da metrópole e o setor imobiliário sob a urbanização extensiva: apontamentos a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA EM GEOGRAFIA (XENANPEGE)**: Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, 2013.

Agradecimentos

Palavras iniciais – Cidade dividida: a relação entre a formação do território de Belo Horizonte e a descaracterização da cidade de Santa Luzia-MG. O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento no Curso de Graduação em Geografia — do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.